Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

OFÍCIO Nº 590/03-GPM

HOLAMBRA, 12 de novembro de 2003.

Senhor Presidente,

Encaminhamos à essa Colenda Casa de Leis o Projeto de Lei que ***"ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

Frente a importância do mesmo, solicitamos que receba tratamento de urgência, para qual solicitamos Sessão Extraordinária.

Aproveitamos a oportunidade para externarmos nossa estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

PROTOCOLO
Nº de Ordem 930/2003
Fls. Nº 37 Livro Nº 009
Data 12 / 11 / 03
Secretaria

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
VEREADOR MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS
MD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
HOLAMBRA-SP

Fl. Nº 001/2003
Processo 131/2003

DESPACHO

A Secretaria:

Para datar, numerar; e encaminhar para leitura e a
Seguir ás Comissões Permanentes.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra,
Aos 12 de novembro de 2003.

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Fl. Nº 002/2003

Processo 81/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2003

"ALTERA O CAPÍTULO III - DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:-

Artigo 1º- O CAPÍTULO III - DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA, da Lei Complementar Nº 121, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO III
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

SEÇÃO I
DO FATO GERADOR E DO CONTRIBUINTE

Artigo 59 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência do Município, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes no Anexo I, da presente lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas no Anexo I, da presente lei, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Artigo 59-A - O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Fl. Nº 003/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Artigo 60 - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XX, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços de cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário;

III – da execução da obra, no caso dos serviços de execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS) e acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.;

IV – da demolição, no caso dos serviços de demolição;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços de Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços de varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços de Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços de decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços de controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

X – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços de Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

XI – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços de Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

XII – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços de limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

Fl. Nº 004/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

XIII – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços de Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

XIV – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

XV – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços de armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

XVI – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres: espetáculos teatrais, exibições cinematográficas, espetáculos circenses, programas de auditório, parques de diversões, centros de lazer e congêneres, boates, taxi-dancing e congêneres, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres, feiras, exposições, congressos e congêneres, bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não, corridas e competições de animais, competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador, execução de música, fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo, desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres, exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres, recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza, exceto produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres;

XVII – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços de transporte de natureza municipal.

XVIII – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso de fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

XIX – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços de planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

XX – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários: serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres; serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres e serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

§ 1º No caso dos serviços de Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza., considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

Fl. Nº 005/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

§ 2º No caso dos serviços, de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

Artigo 61 - Contribuinte é o prestador do serviço.

Artigo 62 - Entende-se por estabelecimento prestador o utilizado, de alguma forma, para a prestação do serviço, sendo irrelevante a sua denominação ou a sua categoria, bem como a circunstância do serviço a ser prestado, habitual ou eventualmente em outro local:

Parágrafo Único - A existência do estabelecimento prestador configura-se pela conjugação parcial ou total dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, materiais, máquinas, instrumentos e equipamentos necessários à execução do serviço;

II - Estrutura organizacional ou administrativa;

III - Inscrição nos órgãos previdenciários;

IV - Indicação, como domicilio fiscal, para efeitos de tributos federais, estaduais ou municipais;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica de prestação de serviços, exteriorizada através da indicação do endereço, em impressos e formulários, locação do imóvel, propaganda ou publicidade e fornecimento de energia elétrica ou água em nome do prestador ou do seu representante.

Artigo 63 - A incidência do imposto independe:

I. da existência de estabelecimento fixo;

II. do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas à prestação do serviço;

III. do recebimento do preço ou do resultado econômico da prestação de serviços.

Artigo 63A - O contribuinte que exercer mais de uma das atividades relacionadas no Anexo I, da presente lei ficará sujeito à incidência do imposto sobre todas elas, inclusive quando se tratar de profissional autônomo.

Artigo 64 – Para o financiamento do Fundo Municipal de Combate à Pobreza, poderá ser criado adicional de até meio ponto percentual na alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ou do imposto que vier a substitui-lo, sobre serviços supérfluos.

SEÇÃO II
DA BASE DE CÁLCULO E DA ALÍQUOTA

Artigo 65 - A base de cálculo do imposto sobre os serviços prestados exclusivamente sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte será determinada anualmente, aplicando-se os valores constantes na coluna "B" do Anexo I da presente lei.

Fl. Nº 006/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

§ 1°. A prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte é o simples fornecimento de trabalho por profissional autônomo, que não tenha, a seu serviço, empregado da mesma qualidade profissional.

§ 2°. Não se considera serviço pessoal do próprio contribuinte o serviço prestado:

I- por firmas individuais;

II- em caráter permanente, sujeito as normas do tomador, ainda que por trabalhador autônomo;

III- Com o auxílio de terceiros, exceto aqueles que não tenham relação direta com a atividade desenvolvida, empregados ou não, salvo na condição de auxiliar, em número máximo de 02 (dois).

Artigo 66 - A base de cálculo do imposto sobre os serviços para as demais atividades ou hipóteses não elencadas no artigo anterior, é o preço do serviço, as quais se aplicam as alíquotas especificadas na coluna "A" do Anexo I da presente lei.

§1°. O preço do serviço é a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

§ 2°. Quanto os serviços descritos nos subitens 3.04 e 22.01 da lista do Anexo I da presente lei, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, a extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes no território do município.

§ 3°. Não se incluem na base de cálculo do imposto previsto nos subitens 7.02 e 7.05 da lista do Anexo I da presente lei:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, efetivamente incorporados a obra cujo documento fiscal, em suas vias, conste a indicação expressa da obra a que se destina.

a) materiais que originariamente foram destinados a obra, que já foram objeto de dedução da base de cálculo, e que, por quaisquer circunstâncias não foram efetivamente incorporados a mesma, terão seus valores reincorporados a base de cálculo, com o conseqüente pagamento do tributo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 67 - Na falta do preço do serviço referido no § 1.° do artigo 65, ou não sendo desde logo conhecido, será fixado, mediante estimativa ou através de arbitramento.

Artigo 68 - O preço do serviço ou receita bruta compõe o movimento econômico do mês em que for concluída sua prestação.

Artigo 69 - Os sinais e adiantamentos recebidos pelo contribuinte durante a prestação do serviço, integram a receita bruta do mês em que forem recebidos.

Artigo 69A - Quando a prestação do serviço for subdividida em partes, considera-se devido o imposto no mês em que for concluída qualquer etapa contratual a que estiver vinculada a exigibilidade do preço do serviço.

Artigo 69B - A aplicação das regras relativas à conclusão, total ou parcial, da prestação do serviço, independe do efetivo pagamento do preço do serviço ou do cumprimento de qualquer obrigação contratual assumida por um contratante em relação a outro.

Artigo 69C - As diferenças resultantes dos reajustamentos do preço dos serviços integrarão a receita do mês em que sua fixação se tornar definitiva.

Fl. Nº 007/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 69D - Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor cumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

Parágrafo único - Consideram-se, também, compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamentos de bens, serviços ou direitos adquiridos inclusive terrenos.

Artigo 69E - Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terreno e das cotas de construção, o preço do serviço será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da multiplicação do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada à unidade contratada.

Artigo 69F - Nas incorporações imobiliárias, os financiamentos obtidos junto aos agentes financeiros compõem a apuração da base de cálculo, salvo nos casos em que todos os contratantes dos serviços ou adquirentes sejam financiados diretamente pelo incorporador.

SEÇÃO III
DA INSCRIÇÃO

Artigo 70 - O contribuinte deve promover sua inscrição no Cadastro Fiscal de Prestadores de Serviços antes do início de suas atividades, fornecendo à Prefeitura os elementos e informações necessários para a correta fiscalização do tributo, nos formulários oficiais próprios.

§ 1° - Para cada estabelecimento prestador de serviços haverá inscrição distinta.

§ 2° - A inscrição não faz presumir a aceitação, pela Prefeitura, dos dados e informações apresentados pelo contribuinte, os quais podem ser verificados para fins de lançamento.

§ 3° - A concessão da inscrição fica condicionada ao atendimento das exigências para o exercício de cada atividade.

Artigo 71 - Ao requerer a inscrição, as pessoas físicas deverão anexar cópia da cédula de identidade (RG), cópia do CPF, comprovante de endereço e cópia de documento que o habilite ao exercício da atividade, quando for o caso, enquanto que as pessoas jurídicas deverão entregar toda a documentação que a constituem juridicamente para o exercício de sua atividade, como também comprovante de endereço e outros documentos exigidos em regulamento.

Artigo 72 - Os prestadores de serviços sujeitos ao imposto, de conformidade com os itens 7.02, 7.04 e 7.05 do Anexo I, da presente lei, deverão proceder a escrituração, nos livros por obra a ser administrada, empreitada ou subempreitada.

Parágrafo único - Ficam dispensados de efetuar a escrituração prevista no caput os contribuintes que na escrita comercial efetuarem a individualização das obras, desde que atendidas as exigências da fiscalização tributária.

Artigo 73 - Os contribuintes a que se referem os itens e subitens do Anexo I, da presente lei deverão atualizar os dados no cadastro fiscal do ISSQN dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência da alteração.

Artigo 73A - O contribuinte deve comunicar à repartição fiscal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua ocorrência, a cessação de atividades, a fim de obter baixa de sua inscrição, a qual será concedida após a verificação da procedência da comunicação, sem prejuízo da cobrança dos tributos devidos ao Município.

Fl. Nº 008/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

§ 1°. Em caso de o contribuinte deixar de recolher o tributo por 1 (um) ano ou mais e não ser encontrado no endereço fornecido para o departamento competente, a inscrição e o cadastro poderá ser baixado de ofício, anexando ao processo administrativo o auto de constatação dessa ocorrência ou edital de convocação.

§ 2°. A anotação de cessação ou paralisação de atividade não extingue débitos anteriores ou posteriores, ainda que venham a ser apurados após a baixa de ofício.

Artigo 73B - A emissão de nota fiscal de serviços ou recibo profissional de autônomo (RPA), assim como a utilização de livros, formulários ou outros documentos necessários ao registro, controle e fiscalização dos serviços ou atividades tributáveis, para o registro das operações sujeitas ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, são obrigatórias a todos os prestadores de serviços, cujos modelos, forma e prazo de escrituração, e tudo o mais que diga respeito ao interesse da Fazenda Pública Municipal, e por ela proposta, serão regulamentados por ato do executivo.

§ 1° - A Fazenda Pública Municipal poderá exigir, igualmente, os documentos que entender necessários dos responsáveis tributários, ou outras pessoas ligadas ao fato gerador.

§ 2°- Cada estabelecimento do mesmo sujeito passivo é considerado autônomo para o efeito exclusivo de manutenção de livros e documentos fiscais e para recolhimento do imposto relativo aos serviços nele prestados, respondendo a empresa pêlos débitos, acréscimos de multas e juros, referentes a qualquer deles.

§ 3°- Os prestadores de serviços autônomos, a critério da Fazenda Pública Municipal, poderão ser obrigados à utilização dos livros fiscais.

§ 4°- Todos os contribuintes enquadrados no regime mensal de apuração do ISSQN, inclusive regime especial, bem como os tomadores de serviço, responsáveis ou não pelo recolhimento do tributo, prestarão, periodicamente, à Fazenda Pública Municipal, informações referentes às suas atividades e demais dados, conforme disciplinado em regulamento.

§ 5°. A Prefeitura, através da Secretaria de Finanças do Município, poderá instituir em complemento aos documentos fiscais previstos na legislação tributária do município, o sistema especial de controle, fiscalização e arrecadação, ao qual ficará submetido todo contribuinte, responsável ou intermediário dos serviços descritos nos itens e subitens do Anexo I, da presente lei, e se constituirá na prestação periódica, por parte dos mesmos, de informações relativas aos serviços prestados, tomados ou intermediados para fins de comprovação do recolhimento do imposto ou do direito ao crédito fiscal da administração pública municipal.

§ 6°. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e regulamentar a declaração de movimento Econômico, por Decreto.

§ 7°. Ficam recepcionados, no que couber, todos os regulamentos existentes, enquanto não editada nova regulamentação.

§ 8°. Fica vedada a utilização de qualquer meio de faturamento cujo mecanismo não permita a impressão de todas as vias a um só tempo.

§ 9°. Toda a AIDF (Autorização para Impressão de Documentos Fiscais) determinará prazo de validade dos documentos a serem confeccionados ou autorizados, que será impresso nos mesmos.

I- O prazo máximo será de 2 (dois) anos, contado da data da autorização;

II- Todos os documentos fiscais de faturamento autorizados até 31/12/2003, terão sua validade até 31/12/2005.

Artigo 73C - O extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais devem ser comunicados a Municipalidade, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da ocorrência.

§1.° - O comunicado deve mencionar a circunstância de fato, esclarecer se houver registro policial, identificar os livros ou documentos extraviados ou inutilizados, informar a existência do débito fiscal e dizer sobre a possibilidade de reconstituição da escrita o que deverá ser efetuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

Fl. Nº 009/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

§2.° - O contribuinte fica obrigado, ainda, a publicar edital sobre o fato, no jornal oficial de publicação dos atos oficiais do Município, que deverá instruir a comunicação prevista no parágrafo anterior.

§3.° - A legalização dos novos livros e talonários, fica condicionada a observância do disposto neste artigo.

Artigo 73D - Todo contribuinte é obrigado a exibir os livros fiscais e comerciais, os documentos gerenciais, os comprovantes da escrita fiscal e os documentos instituídos ou que vierem a ser instituídos por força desta e/ou de outra lei, bem como prestar informações e esclarecimentos sempre que os solicitem as autoridades fiscais.

Artigo 73E - Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal, bem como, os documentos fiscais gerenciais e não fiscais comprovantes dos lançamentos neles efetuados, deverão ser conservados pelo prazo de 05 (cinco) anos, a contar do exercício seguinte a que der causa o registro, no estabelecimento respectivo, à disposição da fiscalização, e dele só poderão ser retirados para atender a requisição da Autoridade Fiscal.

Artigo 73F - Os contribuintes obrigados à emissão de nota fiscal de serviços deverão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao local de pagamento, ou onde o fisco vier a indicar, mensagem no seguinte teor: "ESTE ESTABELECIMENTO É OBRIGADO A EMITIR NOTA FISCAL DE SERVIÇO", indicando o número do telefone para reclamações, que deverá corresponder ao da Fiscalização Municipal.

Parágrafo único - A mensagem será inscrita em placa ou painel de dimensões não inferiores a 25 cm X 40 cm., podendo conter outras indicações de interesse do emitente, desde que não prejudiquem a clareza do documento, nem as disposições desta lei ou regulamento.

SEÇÃO IV
DO LANÇAMENTO E DO RECOLHIMENTO

Artigo 74 - A apuração do imposto a pagar será feita sob a responsabilidade do contribuinte, mediante lançamento em sua escrita fiscal e o respectivo pagamento, o qual ficará sujeito a posterior homologação pela autoridade fiscal.

§ 1°. Quanto ao profissional autônomo, o lançamento será feito com base nos dados cadastrais.

§ 2°. Quanto aos estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras, o lançamento será feito com base nos dados constantes dos balanços analíticos, em nível de subtítulo interno, padronizados quanto a nomenclatura e destinação das contas, conforme normas instituídas pelo Banco Central e constantes da declaração de serviços.

Artigo 75 - O imposto, devidamente calculado, deverá ser recolhido até o 15.° (décimo quinto) dia de cada mês imediatamente posterior ao da prestação dos serviços.

§ 1°. O mesmo prazo se aplica ao imposto retido na fonte;

§ 2°. Para o recolhimento do imposto não calculado sobre o preço do serviço, tomar-se-á como base os valores constantes da coluna "B" do Anexo I, da presente lei.

Artigo 76 - O imposto será recolhido:

I- pelo prestador de serviço, através de carnê ou guia própria;

II- pelo tomador de serviço, através de guia de arrecadação para o ISSQN retido na fonte;

Fl. Nº 010/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

III- no caso dos profissionais autônomos, a que se refere o artigo 64, em parcelas, prazos e valores indicados no aviso de lançamento;

IV- pêlos profissionais sem domicilio tributário no município que prestem serviços descritos no subitem 7.19 do Anexo I, da presente lei, a base de cálculo será R$ 50,00 (cinqüenta reais), por projeto.

V- Nos casos de diversões, lazer, entretenimento e congêneres previstos nos subitens do item 12, exceto o subitem 12.13 da lista do Anexo I, da presente lei, se o prestador do serviço não for inscrito neste Município, o imposto será calculado sobre as operações do dia e recolhido no dia seguinte, ao término da prestação do serviço.

Artigo 77 - Quando não quitados no prazo tempestivo, a guia ou carnê deverão ser apresentados na Prefeitura para o necessário "visto" e conferência dos cálculos pertinentes à multa, juros de mora e atualização, se cabíveis, salvo nos casos de convênio ou disposição autorizativa que, incumba às instituições bancárias a aplicação dos referidos cálculos, quando nestes recolhidos.

§ 1°. O contribuinte deverá comprovar, com documentação hábil, a critério da Fazenda Municipal, a inexistência de resultado econômico, por não ter prestado serviços tributáveis pelo município, no prazo estabelecido por este código para o recolhimento do imposto.

§2.°. A não comprovação no prazo determinado implicará penalidade prevista no artigo 91.

Artigo 78 - No caso dos autônomos, o valor da parcela do imposto será o constante da Lista de Serviços, na coluna "B" do Anexo I, da presente lei, recolhido pelo contribuinte em até 10 (dez) parcelas mensais iguais e consecutivas.

Artigo 79 - As diferenças de imposto apuradas em levantamento fiscal, constarão de auto de infração e serão recolhidas dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da respectiva notificação, ou da publicação do ato em jornal de circulação no município, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Artigo 80 - Os lançamentos de ofício serão comunicados ao contribuinte, no seu domicílio tributário ou no local do fato jurídico tributário que enseje o ISSQN, acompanhados do auto de infração e imposição de multa, se for o caso.

Parágrafo único - Não sendo encontrado o contribuinte ou recusando ele a receber a notificação, será considerado notificado por intermédio de edital publicado na Imprensa Oficial do Município.

Artigo 80A - Para o contribuinte cujo recolhimento não tenha por base de cálculo o preço do serviço, que iniciar suas atividades no transcorrer do exercício, o seu recolhimento será proporcional ao número de meses faltantes, a razão de 1/12 avos ao mês de atividade.

Artigo 81 - É indispensável, nos casos de construção civil, inclusive reformas e demolições a exibição da prova do imposto devido e da respectiva documentação fiscal, por ocasião da expedição do habite-se ou certidão de conclusão de obra, para que sejam confrontados com a pauta fiscal instituída pelo município, com base na Tabela constante no Anexo VII, da presente Lei.

§1°. Aplicam-se as normas previstas neste artigo inclusive às construções ou obras identificadas pela fiscalização já concluídas, que ainda dependam de regularização nos termos da legislação aplicável.

§ 2°. O imposto de que trata este artigo será recolhido por ocasião da solicitação de Vistoria para expedição do Habite-se ou da Certidão de Conclusão de Obra ou na Data e forma prevista na notificação de lançamento.

Fl. Nº 11/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

SEÇÃO V
DO REGIME DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Artigo 82 - Aos tomadores de serviços, estabelecidos, sediados ou domiciliados no município, ainda que imunes ou isentos, na condição de fontes pagadoras, fica estabelecida a obrigatoriedade, quando realizarem o pagamento por serviços que lhes forem prestados ou intermediados, de reter na fonte, à título de ISSQN, o montante devido sobre o respectivo valor do serviço, com a aplicação da alíquota prevista para a atividade constante do Anexo I, da presente lei, sendo responsável pelo recolhimento do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, quando:

I- tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II- tomador ou intermediário dos serviços descritos nos subitens, 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 17.05, 17.10, 20,01, 20.02, 20.03 enumerados no Anexo I, da presente lei;

III- o prestador do serviço, pessoa física ou jurídica, obrigado à emissão de nota fiscal e/ou fatura de serviços, não o fizer:

a) desobrigado da obrigação prevista no inciso, não fornecer recibo no qual esteja expresso o número de sua inscrição no cadastro de contribuintes do ISSQN do Município.

§1°. As pessoas físicas e jurídicas referidas no *caput* deste artigo e em seus incisos I, II, III e alínea "a", deverão repassar, aos cofres municipais, o valor do imposto, inclusive multa e acréscimos legais, na forma e no prazo definidos na legislação tributária.

Artigo 83 - A retenção do imposto por parte da fonte pagadora será consignada no documento fiscal emitido pelo prestador do serviço e comprovada mediante aposição de carimbo em uma das vias do prestador.

§1°. Responde solidariamente pelo tributo o prestador quando o responsável não reter o imposto.

§2.° Para retenção do imposto, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente devida pela atividade exercida.

§3°. Excepciona-se a base de cálculo relativa as atividades previstas nos subitens 7.02 e 7.05 do Anexo I, da presente Lei, a qual será apurada nos termos disciplinados pelo artigo 65, §3.°,I desta Lei.

§4°. Na situação prevista no parágrafo anterior, o prestador do serviço deverá entregar à fiscalização tributária do município, até o terceiro dia útil do mês seguinte a prestação, toda a documentação relativa aos serviços prestados, documentos fiscais referentes aos materiais fornecidos incorporados a obra, para análise e apuração da base de cálculo do imposto.

§5°. A fiscalização tributária terá dois dias úteis para processar o cálculo referido no parágrafo anterior.

§6°. A fiscalização tributária emitirá a Guia de Arrecadação para o ISSQN retido na fonte dirigido ao tomador ou intermediário do serviço, que ficará à disposição do prestador no primeiro dia útil seguinte ao prazo previsto no parágrafo anterior.

§7°. A não entrega dos documentos referidos no §4.° deste artigo ou a não retirada da Guia de Arrecadação para o ISSQN retido na fonte a ser entregue ao tomador, sujeitará por parte deste a retenção do imposto com base na totalidade do faturamento e/ou pagamento efetuado ao prestador.

Artigo 84 - Quando se tratar de tomador ou intermediário do serviço, que não seja estabelecido, sediado ou domiciliado no município, não se aplica a regra de retenção, devendo o imposto ser recolhido pelo próprio prestador do serviço, respondendo entretanto o tomador ou intermediário, solidariamente, em caso de descumprimento de obrigação tributária pelo contribuinte.

Artigo 85 - O valor do imposto retido constituirá crédito daquele que sofrer a retenção dedutível do imposto a ser pago.

Fl. Nº 012/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

Artigo 86 - Os contribuintes alcançados pela retenção do imposto, de forma ativa ou passiva, manterão controle em separado das operações sujeitas a esse regime para exame periódico da fiscalização municipal.

Artigo 87 - A não retenção do imposto ou o seu não repasse aos cofres municipais implica penalidade prevista no artigo 91.

Artigo 88 - Os tomadores ou intermediários dos serviços descritos no artigo 80, I, II, III farão a entrega junto ao órgão da fiscalização tributária do Município todo dia 30 (trinta) do mês subseqüente aos serviços tomados ou intermediados, com elementos disciplinados em Regulamento.

Parágrafo Único - A não entrega da relação no prazo determinado, bem como a entrega com dados viciados ou falsos, implicará penalidade prevista no artigo 91.

SUBSEÇÃO I
DO LEVANTAMENTO FISCAL

Artigo 89 - A Fazenda Pública Municipal poderá efetuar levantamento econômico para apuração do real movimento tributável, realizado pelo estabelecimento, em determinado período.

§ 1° - No levantamento fiscal, poderão ser usados quaisquer meios indiciários, bem como, coeficientes médios de lucro bruto, preço unitário, movimentação de mercadorias utilizadas na execução dos serviços, encargos diversos, lucro bruto, bem como outros elementos informativos.

§ 2° - Os levantamentos fiscais poderão ser refeitos quando a Administração Tributária dispuser de novos elementos para o seu refazimento.

SUBSEÇÃO II
DA ESTIMATIVA

Artigo 90 - Quando o volume, natureza ou modalidade da prestação de serviços aconselhar tratamento fiscal mais adequado, o imposto poderá ser fixado por estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, por período indeterminado, baseada em:

I. informações fornecidas pelo contribuinte e outros elementos informativos, inclusive estudos de órgãos públicos e entidades de classe diretamente vinculados à atividade;

II. valor médio dos serviços prestados;

III. total de horas trabalhadas multiplicado pelo número de trabalhadores;

IV. total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;

V. faturamento médio mensal de estabelecimentos de mesmo porte e atividade;

VI. outros meios que, a critério da Fazenda Pública Municipal, se fizerem necessários.

§ 1°- O montante do imposto assim estimado será parcelado para recolhimento em prestações mensais.

§ 2°- O valor da parcela mensal, a recolher, será fixada, a critério da Fazenda Pública Municipal, para um período de até 12 (doze) meses.

§ 3°- Findo o período para o qual se fez a estimativa, será automaticamente prorrogado por igual período, e assim sucessivamente, até que haja manifestação da autoridade competente.

§ 4°- Deixando de ser aplicado o regime de apuração do imposto por estimativa, por qualquer motivo ou a qualquer tempo, será apurado através de um formulário especial, o preço real dos serviços e o montante do imposto efetivamente devido pelo sujeito passivo no período considerado, com base nos documentos e informações que a Fazenda Pública Municipal julgar necessários.

Fl. Nº 013/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

§ 5°- Verificada qualquer diferença entre o montante recolhido conforme a estimativa e o posteriormente apurado, será ela:

a) se favorável ao fisco, recolhida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação;

b) se favorável ao contribuinte, restituída dentro do prazo de 30 (trinta) dias, ou compensada.

§ 6°- O enquadramento do sujeito passivo no regime de estimativa, a critério da Fazenda Pública Municipal, poderá ser feito individualmente, por categoria de estabelecimento ou por grupos de atividades.

§ 7°- O lançamento por estimativa não dispensa o contribuinte de emissão de documentos fiscais e respectiva escrituração.

§ 8°- A aplicação do regime de estimativa poderá ser suspensa, a qualquer tempo, mesmo não tendo findado o exercício ou período, a critério da Fazenda Pública Municipal, seja de modo geral, individual ou quanto a qualquer categoria de estabelecimento, ou por grupos de atividades.

§ 9°- A autoridade fiscal poderá rever os valores estimados para determinado exercício ou período e, se for o caso, reajustar as prestações subseqüentes à revisão.

§ 10 - Os demais procedimentos referentes ao regime especial serão disciplinados por Decreto.

Artigo 91 – Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Pública Municipal notificá-lo-á do "quantum" do tributo fixado, do prazo e da importância das parcelas a serem mensalmente recolhidas.

Artigo 92 – Os contribuintes enquadrados nesse regime serão notificados, ficando-lhes reservado o direito de recurso, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da comunicação.

SUBSEÇÃO III
DO ARBITRAMENTO

Artigo 93 - Nos seguintes casos, o valor das operações, o lançamento e a cobrança de tributos poderão ser arbitrados pela autoridade fiscal, sem prejuízo das penalidades cabíveis:

I. quando se apurar fraude, sonegação ou omissão, ou se o contribuinte embaraçar o exame de livros ou documentos necessários ao lançamento e à fiscalização do tributo, ou se não estiver inscrito no cadastro fiscal;

II. quando o contribuinte não apresentar a guia de recolhimento e não efetuar o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza no prazo legal;

III. quando o contribuinte não possuir os livros, documentos, talonários de notas fiscais e formulários a que se refere o artigo 72B;

IV. quando o resultado obtido pelo contribuinte for economicamente inexpressivo ou quando for difícil a apuração do preço;

V. quando o sujeito passivo não possuir ou deixar de exibir os elementos necessários à fiscalização das operações realizadas, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de livros ou documentos fiscais;

VI. quando o sujeito passivo não prestar, após regularmente intimado, os esclarecimentos exigidos pela fiscalização, ou prestar esclarecimentos insuficientes ou que não mereçam fé, por serem inverossímeis ou falsos;

VII. quando do exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no órgão competente;

VIII. quando os serviços forem prestados sem a determinação do preço ou a título de cortesia.

§ 1° - Para o arbitramento do preço do serviço serão considerados, entre outros elementos ou indícios, os lançamentos de estabelecimentos semelhantes, a natureza do serviço prestado, o valor dos serviços prestados cobrado pêlos concorrentes, a remuneração dos sócios, o número de empregados e seus salários.

Fl. Nº 14/2003

Processo 191/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

§ 2° - Nos casos de arbitramento de preço para os contribuintes a que se refere o artigo 62, a soma dos preços, em cada mês, não poderá ser inferior à soma dos valores das seguintes parcelas referentes ao mês, considerando:

I - valor das matérias - primas, combustíveis e outros materiais consumidos;
II - . total dos salários pagos;
III - total da remuneração dos diretores, proprietários, sócios ou gerentes;
IV - total das despesas de água, energia elétrica e telefone;
V - aluguel do imóvel e das máquinas e equipamentos utilizados para a prestação dos serviços, ou 1% (um por cento) do valor desses bens, se forem próprios, considerando:
a) se equipamento, o valor de mercado no mês do arbitramento;
b) se imóvel, pelo valor venal deste do exercício do arbitramento.

§ 3° - O arbitramento referir-se-á exclusivamente aos fatos ocorridos no período em que se verificarem os pressupostos mencionados nos incisos deste artigo.

§ 4° - Na hipótese do inciso VII, realizado o arbitramento, será utilizada inscrição de ofício definida em ato da Fiscalização Tributária;

§ 5° - O arbitramento não exclui a incidência de atualização monetária, acréscimos moratórios e multa pecuniária sobre o débito de imposto que venha a ser apurado, nem da penalidade por descumprimento da obrigação acessória que lhe sirva de pressuposto.

SEÇÃO VI
DAS PENALIDADES

Artigo 94 –. O descumprimento das obrigações principais e acessórias, instituídas pela legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, fica sujeito às seguintes penalidades:

I. infração ao disposto no artigo 69: R$ 200,00 (duzentos reais), por exercício.

II. falta de comunicação de transferência, de cessação de atividades, de alteração de dados cadastrais ou de declaração de movimento econômico: R$ 150,00 (cento e cinqüenta reais), por exercício.

III. Infração ao disposto no artigo 71:

a) falta de escrituração de cada obra, nos livros: multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto devido, não podendo ser inferior a R$ 100,00 (cem reais), sem prejuízo das penalidades pela mora, previstas no artigo 10;

b) escrituração de obra, nos livros, a menor, embora cumprido o disposto no artigo 166: multa de 80% (oitenta por cento) sobre o valor do imposto correspondente aos valores não declarados, não ser inferior a R$ 100,00 (cem reais).

IV. Falta de recolhimento do Imposto:

a) quando o documento fiscal estiver regularmente escriturado, nos livros e registros fiscais próprios: multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto apurado;

b) nos demais casos: multa de 200% (duzentos por cento) do valor do imposto apurado ou retido.

V. Multas por infrações às disposições relativas às obrigações tributárias acessórias:

a) falta de livros fiscais obrigatórios: R$ 300,00 (trezentos reais) por livro;

b) falta ou atraso de escrituração ou escrituração irregular de livros fiscais obrigatórios: R$30,00 (trinta reais) por mês ou fração, por livro;

c) falta de autenticação de livros fiscais obrigatórios ou quaisquer outros documentos: R$100,00 (cem reais) por livro;

d) ausência de livros fiscais obrigatórios no estabelecimento: R$ 50,00 (cinqüenta reais) por livro;

e) uso indevido ou em desacordo com as especificações próprias, de livros, notas ou documentos fiscais: R$ 100,00 (cem reais) por livro, nota ou documento fiscal;

f) uso de notas fiscais fora da ordem cronológica; uso de nota fiscal sem a clara e precisa descrição de serviço prestado; uso de nota fiscal, após uma anterior em branco: R$ 100,00 (cem reais) por nota fiscal;

g) adulteração, vício ou falsificação de livros e documentos fiscais: 20% (vinte por cento) da operação a que se refere a irregularidade não podendo ser inferior a R$ 200,00 (duzentos reais);

Fl. Nº 15/2003
Processo 191/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

h) falta de emissão de notas fiscais: 100% (cem por cento) do valor da operação não podendo o valor deste ser inferior a R$ 100,00 (cem reais);

i) confecção de livros, notas fiscais e demais documentos fiscais obrigatórios, sem autorização da repartição competente, nos termos do artigo 72B e seus parágrafos: R$ 500,00 (quinhentos reais);

j) demais infrações à presente lei relativas ao exercício de atividades ou prestações de serviços não especificadas nas alíneas anteriores: R$ 100,00 (cem reais).

l) entrega fora do prazo da relação prevista no artigo 86, I: R$ 50,00 por dia de atraso.

m) ao contribuinte que se recusar a prestar informações solicitadas pela fiscalização, não atender dentro do prazo estipulado notificações e/ou intimações ou de qualquer forma dificultar, ilidir ou impedir a atuação da Fiscalização: R$ 300,00 (trezentos reais).

n) a não comprovação de inexistência de movimento econômico no prazo previsto no parágrafo 2º do artigo 76: multa de R$ 5,00 (cinco reais) por dia de atraso.

VI - Qualquer infração que impossibilite o funcionamento do estabelecimento poderá acarretar, além da multa pecuniária prevista nos incisos anteriores, sua interdição.

Parágrafo único – As penalidades constantes das alíneas "a" e "b", do inciso III, alíneas "a" e "b", do inciso IV, alíneas "a", "b", "c", "e", "i" e "g", do inciso V, do presente artigo, serão aplicáveis desde que constatadas em procedimento fiscal, exceto em relação ao imposto retido na fonte.

Artigo 95 - A falta de pagamento do imposto no vencimento sujeitará o contribuinte:

I - à multa de 2% (dois por cento) ;

II - à cobrança de juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, incidente sobre o valor originário.

Artigo 96 – A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possa influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte a multa de 200% (duzentos por cento) sobre o valor do imposto sonegado, corrigido monetariamente.

SEÇÃO VI
DA ISENÇÃO

Art. 97 - São isentos do imposto sobre serviços de qualquer natureza:

I - os deficientes físicos e pessoas comprovadamente carentes com mais de 55 (cinqüenta e cinco) anos, que vendam bilhetes de loteria;

II - engraxates;

III - concertos, recitais, shows, exibições cinematográficas, quermesses e espetáculos similares realizados para fins assistenciais e educacionais, promovidos por entidades de personalidade jurídica e desde que a isenção seja previamente requerida.

§ 1º - As isenções condicionadas serão solicitadas em requerimento instruído com as provas de cumprimento das exigências necessárias para sua concessão, que deve ser apresentado até o último dia útil do mês de Dezembro de cada exercício, sob pena de perda do benefício fiscal no ano seguinte:

I - A documentação apresentada com o primeiro pedido de isenção poderá servir para demais exercícios, devendo o requerimento de renovação da isenção referir-se àquela documentação;

Fl. Nº 16/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

II - Nos casos de início de atividade, o pedido de isenção deve ser apresentado simultaneamente com o pedido de licença para localização.

Artigo 2º - Os Anexos I, II e III da Lei Complementar Nº 121, de 27 de dezembro de 2001, passam a vigorar consoante o Anexo I, II e III da presente Lei.

Artigo 3.º - Esta Lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra,

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

Fabiana R. Rossi
FABIANA RADTKE ROSSI
CHEFE DE EXPEDIENTE E SECRETARIA

Fl. Nº 17/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Nobres Vereadores,

O presente projeto de lei, pretende alterar o capítulo III, do imposto sobre serviços de qualquer natureza e o Anexo I, da Lei Complementar n.° 121, de 27 de Dezembro de 2001.

Para tal alteração, leva-se em conta a edição da Lei Complementar nº 116 de 31/07/2003, pelo Governo Federal, que alterou toda a sistemática do ISS.

Com isto, visa a presente propositura a modificação da Lei Tributária Municipal, para que se possa adequar à Legislação Federal.

A alteração nas alíquotas do imposto, foram necessárias para adequá-las aos limites mínimo e máximo propostos pela legislação, que é de 2% e 5% respectivamente.

Cumpre ressaltar que foram alterados os atuais valores cobrados dos prestadores de serviços autônomos, uma vez que a maioria destas empresas não recolhem ICMS por serem prestadoras de serviços, não gerando assim sobrecarga de impostos.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite que o Município se exima de instituir qualquer imposto, sob pena de responder pela renúncia de receita fiscal.

Realizamos ainda, a adequação dos Anexos II e III para a correção de algumas distorções nos valores cobrados, que foram finalizados após reuniões com o Presidente da Associação Comercial e membros da Diretoria, que juntos opinaram nos valores a serem reajustados, chegando assim a um consenso sobre as alterações e adequações ora apresentadas no presente Projeto de Lei.

Sendo assim, não é outra a preocupação deste Executivo, senão a imediata adequação de nosso Código Tributário Municipal, que necessitará estar aprovado ainda neste exercício, portanto pedimos que receba tratamento em regime de urgência e que para tanto contará da costumeira compreensão destes Nobres Edis.

No ensejo, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

1ª Vot.
REJEITADO p/falta de quorum
CONTRÁRIOS ..00..
FAVORÁVEIS ..04..
ABSTENÇÕES ..00..
31/12/03
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO DE 12/11/03
PRESIDENTE

2º Votação
REJEITADO p/falta de quorum
CONTRÁRIOS ..00..
FAVORÁVEIS ..04..
ABSTENÇÕES ..00..
31/12/03
PRESIDENTE

Fl. Nº 018/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO I

LISTA DE SERVIÇOS **ISSQN**	A % sobre o preço do serviço	B Alíquotas em Reais Anual
1 – Serviços de informática e congêneres.		
1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.	*3,0*	*250,00*
1.02 – Programação.	*3,0*	*250,00*
1.03 – Processamento de dados e congêneres.	*3,0*	*250,00*
1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	*3,0*	*250,00*
1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	*3,0*	*250,00*
1.06 – Assessoria e consultoria em informática.	*3,0*	*250,00*

Fl. Nº 019/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	*3,0*	*250,00*
1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	*3,0*	*250,00*
2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	*2,5*	*250,00*
3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01 – (VETADO)		

Fl. Nº 020/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	*3,0*	*200,00*
3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	*3,0*	*200,00*
3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	*5,0*	*300,00*
3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	*3,0*	*250,00*
3.06- Locação empresarial de bens móveis	*3,0*	
4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		

Fl. Nº 021/2003

Processo 331/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

4.01 – Medicina e biomedicina.	*3,0*	*350,00*
4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	*3,0*	*350,00*
4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	*3,0*	*350,00*
4.04 – Instrumentação cirúrgica.	*3,0*	*300,00*
4.05 – Acupuntura.	*3,0*	*300,00*
4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	*3,0*	*300,00*
4.07 – Serviços farmacêuticos.	*3,0*	*300,00*

Fl. Nº 022/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	*3,0*	*350,00*
4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	*3,0*	*350,00*
4.10 – Nutrição.	*3,0*	*350,00*
4.11 – Obstetrícia.	*3,0*	*350,00*
4.12 – Odontologia.	*3,0*	*350,00*
4.13 – Ortóptica.	*3,0*	*350,00*
4.14 – Próteses sob encomenda.	*3,0*	*300,00*
4.15 – Psicanálise.	*3,0*	*350,00*
4.16 – Psicologia.	*3,0*	*350,00*

Fl. Nº 023/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	*3,0*	*200,00*
*4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.*	*3,0*	*300,00*
4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	*3,0*	*200,00*
4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	*3,0*	*200,00*
4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	*3,0*	*500,00*
4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	*3,5*	*500,00*
4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	*3,5*	*500,00*

Fl. Nº 024/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.	*3,0*	*350,00*
5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	*3,0*	*350,00*
5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.	*3,0*	*350,00*
*5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.*	*3,0*	*300,00*
5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	*3,0*	*200,00*
5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	*3,0*	*200,00*
5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	*3,0*	*200,00*

Fl. Nº 025/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	*2,5*	*100,00*
5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	*2,5*	*200,00*
6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	*2,5*	*100,00*
6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	*2,5*	*100,00*
6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	*2,5*	*150,00*
6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	*2,5*	*200,00*
*6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.*	*3,0*	*200,00*
7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		

Fl. Nº 026/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres	*3,0*	*350,00*
7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS, e a incorporação imobiliária a preço global ou direta, viabilizadora de negócio jurídico de compra e venda sobre o qual incide o ITBI).	*3,0*	*300,00*
7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	*3,0*	*300,00*
7.04 – Demolição.	*3,0*	*250,00*
7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o	*3,5*	*250,00*

Fl. Nº 027/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).		
7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	*2,5*	*100,00*
7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.08 – Calafetação.	*3,0*	*100,00*
7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, exceto atividade de coleta de óleo usado ou contaminado, que fica sujeito ao ICMS.	*3,0*	*200,00*
7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	*3,0*	*200,00*
7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	*3,0*	*150,00*

Fl. Nº 028/2003

Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	*3,0*	*100,00*
7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.14 – (VETADO)		
7.15 – (VETADO)		
7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	*3,0*	*100,00*

Fl. Nº 029/2003
Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	*3,0*	*100,00*
7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	*3,0*	*100,00*
7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	*3,0*	*1.150,00*
7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	*3,0*	*100,00*
7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	*3,0*	*100,00*
8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		

Fl. Nº 030/2003

Processo 138/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	*2,5*	*100,00*
8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	*2,5*	*100,00*
9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, ***apart-service*** *condominiais,* ***flat****, apart-hotéis, hotéis residência,* ***residence-service****,* ***suite service****, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).*	*3,0*	*200,00*
9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	*3,0*	*150,00*

Fl. Nº 031/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

9.03 – Guias de turismo.	*2,5*	*100,00*
9.04- Parques nacionais, ecológicos, temáticos e congêneres, e demais empreendimentos de atração turística com cobrança de ingresso para visitação pública.	*2,5*	*100,00*
10 – Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	*5,0*	*270,00*
10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer, realizados no âmbito das Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios..	*5,0*	*270,00*
10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	*5,0*	*270,00*

Fl. Nº 032/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

*10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).*	*5,0*	*270,00*
10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias, por quaisquer meios.	*5,0*	*270,00*
10.06 – Agenciamento marítimo.	*3,0*	*350,00*
10.07 – Agenciamento de notícias.	*3,0*	*350,00*
10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	*3,0*	*350,00*
10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	*2,5*	*100,00*

Fl. Nº 033/2003

Processo 331/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.	*3,0*	*100,00*
11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	*3,0*	*300,00*
11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	*3,0*	*300,00*
11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.	*3,0*	*300,00*
11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	*3,0*	*150,00*
12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		

Fl. Nº 034/2003

Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

12.01 – Espetáculos teatrais.	*3,0*	*230,00*
12.02 – Exibições cinematográficas.	*3,0*	*230,00*
12.03 – Espetáculos circenses.	*3,0*	*230,00*
12.04 – Programas de auditório.	*3,0*	*230,00*
12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	*3,0*	*230,00*
*12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.*	*3,0*	*345,00*
*12.07 – Shows, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.*	*3,0*	*230,00*
12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.	*3,0*	*230,00*
12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	*3,0*	*230,00*

Fl. Nº 035/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

12.10 – Corridas e competições de animais.	*3,0*	*230,00*
12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	*3,0*	*230,00*
12.12 – Execução de música.	*3,0*	*230,00*
*12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.*	*3,0*	*230,00*
12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	*3,0*	*115,00*
12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	*3,0*	*115,00*

Fl. Nº 036/2003
Processo 931/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

*12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.*	*3,0*	*200,00*
12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	*3,0*	*115,00*
12.18 – Serviços de televisão por assinatura prestados na área do Município.	*3,0*	*200,00*
13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01 – (VETADO)		
13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	*2,5*	*115,00*
13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução,	*2,5*	*115,00*

Fl. Nº 037/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

trucagem e congêneres.		
13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.	*2,5*	*115,00*
13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia e confecção de impressos gráficos, destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos e embalagens, manuais técnicos e instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	*2,5*	*115,00*
13.06- Gravação, edição, legendação e também distribuição (sem a transferência de propriedade) de filmes, videotipes, disco vídeo digital e congêneres, para videolocadoras, televisão e cinema	*2,5*	*115,00*
14 – Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	*2,5*	*115,00*

Fl. Nº 038/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

14.02 – Assistência técnica.	*2,5*	*230,00*
14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	*2,5*	*230,00*
14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.	*2,5*	*115,00*
14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos não destinados à industrialização ou comercialização.	*2,5*	*115,00*
14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	*2,5*	*115,00*

Fl. Nº 039/2003

Processo 81/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

15.01 – Administração de fundos, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, e de carteira de clientes, com exceção da administração de fundos públicos e programas sociais, tais como do Programa de Integração Social - PIS, do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT e da Previdência Social.	*5,0*	
15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	*5,0*	
15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	*5,0*	
15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	*5,0*	

Fl. Nº 041/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.	*2,5*	*115,00*
14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	*2,5*	*115,00*
14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	*2,5*	*100,00*
14.10 – Tinturaria e lavanderia.	*2,5*	*115,00*
14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	*2,5*	*115,00*
14.12 – Funilaria e lanternagem.	*2,5*	*115,00*
14.13 – Carpintaria e serralheria.	*2,5*	*115,00*
15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		

Fl. Nº 040/2003

Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em Quaisquer outros bancos cadastrais.	*5,0*	
15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	*5,0*	
15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	*5,0*	

Fl. Nº 042/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	*5,0*	
15.09 – Arrendamento mercantil ***(leasing)*** *de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil* ***(leasing)****.*	*5,0*	
15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	*5,0*	*552,00*
15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	*5,0*	

Fl. Nº 043/2023

Processo 131/2023

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	*5,0*	
15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	*5,0*	
15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	*5,0*	
15.15 – Serviços de distribuição e venda de títulos de capitalização e congêneres, compensação de cheques e títulos quaisquer, exceto sua execução nos termos do artigo 19, inciso IV, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e alterações; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	*5,0*	

Fl. Nº 044/2003

Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	*5,0*	
15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	*5,0*	
15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	*5,0*	*552,00*
16 – Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.	*3,0*	*115,00*

Fl. Nº 045/2003
Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	*3,0*	*345,00*
17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	*3,0*	*115,00*
17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	*3,0*	*345,00*
17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	*3,0*	*230,00*

Fl. Nº 046/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	*3,0*	*230,00*
17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	*3,0*	*115,00*
17.07 – (VETADO)		
*17.08 – Franquia (**franchising**).*	*3,0*	
17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	*3,0*	*345,00*
17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	*3,0*	*230,00*
17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas,	*3,0*	*460,00*

Fl. Nº 047/2003
Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

que fica sujeito ao ICMS).		
17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	*3,0*	*345,00*
17.13 – Leilão e congêneres.	*3,0*	*230,00*
17.14 – Advocacia.	*3,0*	*350,00*
17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	*3,0*	*350,00*
17.16 – Auditoria.	*3,0*	*350,00*
17.17 – Análise de Organização e Métodos.	*3,0*	*345,00*
17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	*3,0*	*350,00*
17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	*3,0*	*300,00*

Fl. Nº 048/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	*3,0*	*300,00*
17.21 – Estatística.	*3,0*	*250,00*
17.22 – Cobrança em geral.	*3,0*	*230,00*
17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização ***(factoring)***.	*3,0*	*230,00*
17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	*3,0*	*150,00*
17.25 – Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio, exceto em jornais, periódicos, rádio e televisão.	*2,0*	*100,00*
18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		

Fl. Nº 049/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	*3,0*	*350,00*
19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios.		
19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios e congêneres.	*4,0*	*300,00*
19.02- serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de bingo	*4,0*	*300,00*
20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		

Fl. Nº 050/2003

Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	*3,0*	*350,00*
21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		*350,00*
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	*5,0*	*350,00*

Fl. Nº 051/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

22 – Serviços de exploração de rodovia.		
22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	*5,0*	*1.000,00*
23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	*2,5*	*115,00*
24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, ***banners****, adesivos e congêneres.*		
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, ***banners****, adesivos e congêneres.*	*2,5*	*115,00*

Fl. Nº 052/2003

Processo 931/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	*3,0*	*350,00*
34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	*3,0*	*350,00*
35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	*3,0*	*250,00*
36 – Serviços de meteorologia.		
36.01 – Serviços de meteorologia.	*3,0*	*250,00*

Fl. Nº 056/2003

Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, ***courrier*** *e congêneres, exceto os serviços postais explorados em regime de monopólio, nos termos do art. 9º da Lei nº 6.538 de 22 de junho de 1978, quando executadas pela empresa pública da União ou suas agências franqueadas.*	*3,0*	*115,00*
27 – Serviços de assistência social.		
27.01 – Serviços de assistência social.	*2,5*	*115,00*
28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	*5,0*	*200,00*
29 – Serviços de biblioteconomia.		
29.01 – Serviços de biblioteconomia.	*2,5*	*150,00*

Fl. Nº 054/2003

Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.	*3,0*	*350,00*
31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	*3,0*	*250,00*
32 – Serviços de desenhos técnicos.		
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	*3,0*	*230,00*
33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		

Fl. Nº 055/2003

Processo 331/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	*2,5*	*115,00*
38 – Serviços de museologia.		
38.01 – Serviços de museologia.	*2,5*	*115,00*
39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	*5,0*	*250,00*
40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	*3,0*	*200,00*

Fl. Nº 057/2003
Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO II

NATUREZA DA ATIVIDADE - ALVARÁ ABERTURA - ALÍQUOTAS EM REAIS

	R$
1 – Indústria	30,00
2 - Produção agropecuária	25,00
3 – Comércio	20,00
4 - Estabelecimentos prestadores de serviços	20,00
5 - Diversões Públicas	45,00
6 - Profissionais autônomos	20,00

Fl. Nº 058/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

ANEXO III

NATUREZA DA ATIVIDADE - LOCALIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO - ALÍQUOTAS EM REAIS

	R$
01 – indústrias	
até 150 empregados	300,00
acima de 151 empregados	700,00
02 - produção agropecuária	
granjas (aves, ovos, suínos)	400,00
03 - comércio	
I - venda de gênero alimentícios em geral:	
supermercados	400,00
mercearias e empórios	200,00
quitandas	70,00
cereais (exclusivamente)	70,00
café torrado e moído	70,00
"varejão"	250,00
mini-mercados	250,00
II –gêneros alimentícios:	
bares e lanchonetes	200,00
restaurantes, churrascarias, pizzarias, choperias	300,00
sorveterias	150,00
III –tecidos e confecções em geral	
tecidos, roupas feitas, tapetes, calçados e materiais esportivos	300,00
tecidos	150,00
roupas feitas	150,00
tecidos	150,00
calçados	150,00
materiais esportivos	150,00

Fl. Nº 059/2003
Processo 331/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS EM REAIS
IV - peças e acessórios:	
de veículos automotores	250,00
peças usadas e desmanches	250,00
V - postos de gasolina	500,00
VI - materiais para construção em geral	400,00
VII – ferragens, tintas, materiais elétricos e semelhantes	250,00
VIII - implementos e insumos agrícolas	250,00
IX - veículos automotores	450,00
X – funerárias	300,00
XI - móveis, eletrodomésticos, aparelhos de som, telefônicos, telefax, tapetes, cortinas e semelhantes	300,00
XII - carnes, peixes, frios e laticínios	250,00
XIII - pneus, câmaras e semelhantes	250,00
XIV - jóias, relógios, ópticas e semelhantes	300,00
XV – livrarias e assemelhados	
bazares, livrarias, papelarias, materiais escolares, material de escritório..	150,00
armarinhos e semelhantes	100,00
XVI - farmácias, drogarias e farmácias veterinárias	350,00
XVII - panificadoras, confeitarias e semelhantes	300,00
XVIII - discos e fitas sonoras	200,00

Fl. Nº 060/2003

Processo 831/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS EM REAIS
XIX - floriculturas e semelhantes	250,00
XX – materiais fotográficos	
fotos c/ venda de material fotográfico, cinematográfico, sonoro e semelhantes	150,00
fotos s/ venda de material	80,00
material cinematográfico, fotográfico e sonoro	120,00
locadoras de fitas de "videocassete"	250,00
XXI - molduras, quadros e vidros	250,00
XXII - selarias	
artefatos de couro	150,00
XXIII - artigos de pesca	130,00
barcos e motores de popa	300,00
XXIV - charutaria e tabacaria, revistas e jornais	100,00
XXV - distribuidora atacadista de cigarros, fumos e artigos de tabacaria	1.000,00
XXVI - distribuidora de bebidas	
Atacado	500,00
Varejo	200,00
XXVII - venda de videogames, videocassetes e similares	300,00
XXVIII - suprimento p/computadores, impressos e formulários contínuos e acessórios em geral	250,00
XXIX - quaisquer outros ramos de atividades comerciais	100,00
04 – estabelecimentos de créditos	
estabelecimento bancários, de créditos, financiamentos e investimentos, de seguros, de capitalização	1.500,00
financeiras	1.000,00
seguradoras	500,00

Fl. Nº 061/2003

Processo 331/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS EM REAIS
05 – hospedagem	
hotéis	300,00
motéis	300,00
pensões e semelhantes	100,00
pousadas	200,00
camping	150,00
06 - diversões públicas	
bailes	100,00
restaurantes dançantes, boates, danceterias e similares	350,00
jogos lícitos de cartas	500,00
jogos eletrônicos	200,00
bilhares e quaisquer outros jogos de mesa	200,00
boliches	200,00
bochas	200,00
tiro ao alvo - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias	200,00
circos, parques de diversões - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias (por dia)	65,00
quaisquer outros espetáculos ou diversões não incluídos nos itens anteriores - a alíquota se refere à taxa diária; o recolhimento será antecipado do total de dias (por dia)	65,00
07 - representantes comerciais, corretores, caixeiros, viajantes	
agentes (autônomos)	100,00
despachantes, técnicos em contabilidade, contadores, auditores, guarda-livros (autônomos)	250,00
cobradores (autônomos)	100,00
médicos, dentistas, veterinários, engenheiros, arquitetos, urbanistas, advogados, profissionais, economistas, psicólogos, psiquiatras, fisioterapeutas, esteticistas	250,00
08 – escritórios	
escritórios de contabilidade	250,00
agências de cobrança	250,00
planejamento e assistência técnica (assessoria)	250,00
processamento de dados	250,00
imobiliárias	300,00
ensino, instrução, treinamento, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza:	
1 - auto escolas	250,00
2 - demais escolas	250,00

Fl. Nº 062/2003
Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS EM REAIS
loteadoras	300,00
construtoras em geral e empreiteiras	600,00
pavimentação e terraplanagem	600,00
09 - empresas de transportes coletivo:	
1 – Municipal	400,00
2 – intermunicipal	400,00
empresa de transporte de cargas c/ 01 caminhão	100,00
empresa de transporte de cargas c/ 02 caminhões	200,00
empresa de transporte de cargas c/ 03 caminhões	300,00
empresa de transporte de cargas acima de 03 caminhões	500,00
empresa de turismo com Turismo c/ até 02 veículos	200,00
empresa de turismo com Turismo acima de 02 veículos	500,00
10 – armazéns	
armazéns gerais e silos	200,00
depósitos fechados	200,00
depósitos de gasolina, óleo diesel	250,00
depósitos de gás liquefeito de petróleo	250,00
depósitos de doces	200,00
outros depósitos	250,00
11 – cabeleireiros	
barbeiros, manicuras e pedicuros, cabeleireiros, tratamento de pele e outros serviços de salão de beleza, excluindo esteticista	100,00
banhos, duchas, massagens, ginástica e congênere	100,00
12 – laboratórios	
laboratórios de análises clínicas e eletricidade médica	500,00
laboratórios de prótese dentários	500,00
13 - estacionamento de veículos	450,00
14 - casas lotéricas	300,00
15 – oficinas	
oficinas mecânicas de veículos automotores	250,00
oficinas de consertos de bicicletas e semelhantes	120,00
auto-elétricas	250,00
vulcanização e recauchutagem	500,00
funilarias e pinturas de veículos	250,00

Fl. Nº 063/2003
Processo 131/2003

oficinas e consertos de máquinas e implementos agrícolas	250,00
oficinas mecanográficas ou de refrigeração	250,00

NATUREZA DA ATIVIDADE	**ALÍQUOTAS EM REAIS**
retíficas de motores	250,00
serviços de torno	250,00
mecânicos em geral, vulcanizadores, funileiros, pintores de veículos, torneiros-mecânicos (autônomos)	100,00
funileiros de utensílios	100,00
oficinas de consertos de macacos hidráulicos	100,00
16 – lavanderias	120,00
17 - pedreiros, pintores, carpinteiros, eletricistas, encanadores, raspadores de tacos e assoalhos, marceneiros, calheiros (autônomos)	100,00
18 – motoristas e condutores	
motoristas autônomos	100,00
condutores de veículos de tração animal	25,00
19 – consertos, reformas	
conserto de calçados	100,00
consertos de aparelhos eletrodomésticos e eletrônicos	100,00
consertos de sacarias usadas	100,00
consertos de veículos de tração animal	100,00
reformas de móveis, estofados e semelhantes	100,00
consertos de jóias e relógios	100,00
20 – serrarias	250,00
21 – serralheiras	250,00
22 – marmorarias	250,00
23 – máquinas e mercado	
máquinas de beneficiamento de café e algodão	400,00
máquinas de beneficiamento de amendoim e arroz	400,00
cooperativas	
produção agrícola e outros	1.000,00
de crédito	1.500,00
de saúde	1.000,00
mercador de algodão, café, amendoim e sementes oleaginosas	450,00

Fl. Nº 064/2003

Processo 131/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

NATUREZA DA ATIVIDADE	ALÍQUOTAS EM REAIS
24 – serviços	
serviços de limpeza e conservação de imóveis	250,00
serviço limpeza de fossas e similares	250,00
25 - instalações de alta tensão	400,00
26 - publicidades e promoções artísticas	300,00
organização e planejamento de festas, recepções, buffet e congêneres	
I - recolhimento anual	300,00
II - recolhimento diário	50,00
27 – equipamentos	
tipografias	350,00
off-set	350,00
28 - organização jornalística e emissora de radiodifusão	350,00
29 – costureira e outros	
alfaiates	100,00
costureiras, bordadeiras, doceiras e churrasqueiros	100,00
lavadeiras, faxineiras, empregadas domésticas, cozinheiras, engraxates	10,00
30 - quaisquer outras atividades comerciais, agropecuárias, industriais e financeiras não incluídas nesta tabela, assim como quaisquer estabelecimentos de pessoas físicas ou jurídicas, que, de modo permanente ou temporário, prestem serviços ou exerçam atividades constantes da lista de serviços deste Código não incluído nesta tabela	100,00

Fl. Nº 065/2003
Processo 131/2003

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 31 DE JULHO DE 2003

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§ 4º A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

Art. 2º O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

Fl. Nº 066/2003
Processo 31/2003

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X – (VETADO)

XI – (VETADO)

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XVI – dos bens ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XXII – do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Fl. Nº 067/2003
Processo 831/2003

Art. 5º Contribuinte é o prestador do serviço.

Art. 6º Os Municípios e o Distrito Federal, mediante lei, poderão atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.

Art. 7º A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

§ 1º Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

§ 2º Não se incluem na base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos itens 7.02 e 7.05 da lista de serviços anexa a esta Lei Complementar;

II - (VETADO)

§ 3º (VETADO)

Art. 8º As alíquotas máximas do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza são as seguintes:

I – (VETADO)

II – demais serviços, 5% (cinco por cento).

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

.rt. 10. Ficam revogados os arts. 8º, 10, 11 e 12 do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968; os incisos III, IV, V e VII do art. 3º do Decreto-Lei nº 834, de 8 de setembro de 1969; a Lei Complementar nº 22, de 9 de dezembro de 1974; a Lei nº 7.192, de 5 de junho de 1984; a Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987; e a Lei Complementar nº 100, de 22 de dezembro de 1999.

Brasília, 31 de julho de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antônio Palocci Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 1º.8.2003

Lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

1 – Serviços de informática e congêneres.

1.01 – Análise e desenvolvimento de sistemas.

Fl. Nº 068/2003
Processo 831/2003

1.02 – Programação.

1.03 – Processamento de dados e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.

1.05 – Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.

1.06 – Assessoria e consultoria em informática.

1.07 – Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.

1.08 – Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.

2 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 – Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

3 – Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 – (VETADO)

3.02 – Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.

3.03 – Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, **stands**, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

3.04 – Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

3.05 – Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.

4 – Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 – Medicina e biomedicina.

4.02 – Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.

4.03 – Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e co neres.

4.04 – Instrumentação cirúrgica.

4.05 – Acupuntura.

4.06 – Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.

4.07 – Serviços farmacêuticos.

4.08 – Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.

4.09 – Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.

4.10 – Nutrição.

4.11 – Obstetrícia.

4.12 – Odontologia.

Fl. Nº 069/2003
Processo 831/2003

4.13 – Ortóptica.

4.14 – Próteses sob encomenda.

4.15 – Psicanálise.

4.16 – Psicologia.

4.17 – Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.

4.18 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

4.19 – Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.

4.20 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

4.21 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

4.22 – Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.

4.23 – Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.

5 – Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.

5.01 – Medicina veterinária e zootecnia.

5.02 – Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.

5.03 – Laboratórios de análise na área veterinária.

5.04 – Inseminação artificial, fertilização **in vitro** e congêneres.

5.05 – Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.

5.06 – Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.

5.07 – Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.

5.08 – Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.

5.09 – Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.

6 – Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.

6.01 – Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.

6.02 – Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.

6.03 – Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.

6.04 – Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.

6.05 – Centros de emagrecimento, **spa** e congêneres.

7 – Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.

7.01 – Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.

Fl. Nº 070/2003
Processo 131/2003

7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.03 – Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

7.04 – Demolição.

7.05 – Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

7.06 – Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.

7.07 – Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.

7.08 – Calafetação.

7.09 – Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.

7.10 – Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.

7.11 – Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.

7.12 – Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.

7.13 – Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.

7.14 – (VETADO)

7.15 – (VETADO)

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.

7.17 – Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.

7.18 – Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.

7.19 – Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.

7.20 – Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.

7.21 – Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretação, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e explotação de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.

7.22 – Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.

8 – Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.

8.01 – Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.

8.02 – Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.

9 – Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.

Fl. Nº 071/2003
Processo 131/2003

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.

12.07 – **Shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Fl. Nº 072/2003
Processo 131/2003

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, **apart-service** condominiais, **flat**, apart-hotéis, hotéis residência, **residence-service**, **suite service**, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

9.02 – Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.

9.03 – Guias de turismo.

10 – Serviços de intermediação e congêneres.

10.01 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.

10.02 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.

10.03 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.

10.04 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (**leasing**), de franquia (**franchising**) e de faturização (**factoring**).

10.05 – Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.

10.06 – Agenciamento marítimo.

10.07 – Agenciamento de notícias.

10.08 – Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.

10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

10.10 – Distribuição de bens de terceiros.

11 – Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.

11.01 – Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.

11.03 – Escolta, inclusive de veículos e cargas.

11.04 – Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.

12 – Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.

12.01 – Espetáculos teatrais.

12.02 – Exibições cinematográficas.

12.03 – Espetáculos circenses.

12.04 – Programas de auditório.

12.05 – Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.

12.06 – Boates, **taxi-dancing** e congêneres.

12.07 – **Shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Fl. Nº 072/2003
Processo 131/2003

12.08 – Feiras, exposições, congressos e congêneres.

12.09 – Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.

12.10 – Corridas e competições de animais.

12.11 – Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.

12.12 – Execução de música.

12.13 – Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, **shows**, **ballet**, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

12.14 – Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.

12.15 – Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.

12.16 – Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, **shows**, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.

12.17 – Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.

13 – Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.

13.01 – (VETADO)

13.02 – Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.

13.03 – Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.

13.04 – Reprografia, microfilmagem e digitalização.

13.05 – Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.

14 – Serviços relativos a bens de terceiros.

14.01 – Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.02 – Assistência técnica.

14.03 – Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).

14.04 – Recauchutagem ou regeneração de pneus.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.

14.06 – Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.

14.07 – Colocação de molduras e congêneres.

14.08 – Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.

14.09 – Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.

14.10 – Tinturaria e lavanderia.

14.11 – Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.

Fl. Nº 073/2003
Processo 331/2003

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e

Fl. Nº 074/2003
Processo 131/2003

similares, inclusive entre contas em geral.

15.17 – Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18 – Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

17 – Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.

17.01 – Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02 – Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03 – Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04 – Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05 – Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06 – Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07 – (VETADO)

17.08 – Franquia (**franchising**).

17.09 – Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.

17.10 – Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.

17.11 – Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).

17.12 – Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

17.13 – Leilão e congêneres.

17.14 – Advocacia.

17.15 – Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.

17.16 – Auditoria.

17.17 – Análise de Organização e Métodos.

17.18 – Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.

17.19 – Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.

17.20 – Consultoria e assessoria econômica ou financeira.

17.21 – Estatística.

Fl. Nº 075/2003
Processo 831/2003

14.12 – Funilaria e lanternagem.

14.13 – Carpintaria e serralheria.

15 – Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.

15.01 – Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.

15.02 – Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.

15.03 – Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens equipamentos em geral.

15.04 – Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.

15.05 – Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.

15.06 – Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.

15.07 – Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08 – Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09 – Arrendamento mercantil (**leasing**) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (**leasing**).

15.10 – Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11 – Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12 – Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13 – Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14 – Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15 – Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16 – Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e

Fl. Nº 076/2003

Processo 331/2003

17.22 – Cobrança em geral.

17.23 – Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (**factoring**).

17.24 – Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.

18 – Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.

19 – Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.

20 – Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.

20.01 – Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.

20.02 – Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.

20.03 – Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.

21 – Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

22 – Serviços de exploração de rodovia.

22.01 – Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.

23 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

23.01 – Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.

24 – Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, **banners**, adesivos e congêneres.

25 - Serviços funerários.

25.01 – Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.

25.02 – Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.03 – Planos ou convênio funerários.

Fl. Nº 077/2003
Processo 831/2003

25.04 – Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.

26 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.

26.01 – Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; **courrier** e congêneres.

27 – Serviços de assistência social.

27.01 – Serviços de assistência social.

28 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

28.01 – Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.

29 – Serviços de biblioteconomia.

29.01 – Serviços de biblioteconomia.

30 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

30.01 – Serviços de biologia, biotecnologia e química.

31 – Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.

32 – Serviços de desenhos técnicos.

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.

33 – Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.

34 – Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.

35 – Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.

36 – Serviços de meteorologia.

36.01 – Serviços de meteorologia.

37 – Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.

38 – Serviços de museologia.

38.01 – Serviços de museologia.

39 – Serviços de ourivesaria e lapidação.

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).

Fl. Nº 078/2003
Processo 131/2003

40 – Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.

40.01 - Obras de arte sob encomenda.

Fl. Nº 079/2003
Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

ACOMPANHAMENTO AO PROCESSO Nº 131/2003

TEOR: **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003**

ASSUNTO: **ALTERA O CAPÍTULO III- DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DATA:12/11/2003

VISTO DA SECRETARIA:_____

VISTO DO PRESIDENTE:_____

DATA	TRAMITE/OCORRÊNCIA/SITUAÇÃO/DIVERSOS	VISTO
12/11/2003	PROTOCOLO	
12/11/2003	ENCAMINHADO ÁS COMISSÕES	

Fl. Nº 080/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 012/2003.

ASSUNTO: "ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECLARO TER RECEBIDO, NA PRESENTE DATA, O REFERIDO PROJETO.

PARA RELATOR DESIGNO O SENHOR VEREADOR, **JOSÉ MARCOS DE SOUZA.**

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

VEREADORA JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
Presidente da Comissão

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 081/2003

Processo 130/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 012/2003.

ASSUNTO: "ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECLARO TER RECEBIDO, NA PRESENTE DATA, O REFERIDO PROJETO.

PARA RELATORA DESIGNO A SENHORA VEREADORA, **SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA.**

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

VEREADOR Pe. NICOLAU JOÃO BAKKER
Presidente da Comissão

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 082/2003

Processo 831/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS; SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURÍSMO; PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.° 012/2003.

ASSUNTO: "ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR N° 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DECLARO TER RECEBIDO, NA PRESENTE DATA, O REFERIDO PROJETO.

PARA RELATOR DESIGNO O SENHOR VEREADOR, **Dr. HUMBERTO MARINO DE LÚCIA.**

ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, 12 DE NOVEMBRO DE 2003.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Presidente da Comissão

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 083/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PARECER ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL

Parecer do **Assessor Jurídico da Câmara Municipal – JOÃO BATISTA COSTA**, solicitado **verbalmente** pelo **Nobre Vereador: MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS – DD. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.**

Em análise ao **Projeto de Lei Complementar nº 012, de 10 de Novembro de 2003, que "ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E O ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",** passo a expor o seguinte:

A principio é de se esclarecer ao Exmo. Sr. Presidente MARCEL DONIZETI SOUZA CAMPOS, e demais interessados e em especial aos representantes das Comissões e aos Nobres Vereadores desta Casa de Leis, que a presente matéria, visa única e exclusivamente aperfeiçoar e ajustar a presente Lei, em consonância com a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, promulgada e editada pelo Governo Federal, que alterou toda a sistemática do ISS.

Diante do acima exposto, opina este Assessor pela aprovação do respectivo Projeto de Lei em análise, pois s.m.j. o mesmo é Constitucional e Legal, obedecendo todos os requisitos básicos necessários para a sua aprovação.

Assim passo a concluir que o respectivo Projeto de Lei, em analise, pode ser aprovado, pois o mesmo é LEGAL e CONSTITUCIONAL, **sendo ainda matéria de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.**

Atenciosamente,
Holambra, 12 de dezembro de 2003.

JOÃO BATISTA COSTA
ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
OAB/SP 108.200

Fl. Nº 084/2003

Processo 131/2003

FILIADA À FACESP
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
ACIAH HOLAMBRA

Associação Comercial Industrial e Agrícola da Estância Turística de Holambra

Oficio nº 52/2003-12-08

Excelentíssimo Senhor,

Conforme reunião com o Exmo. Sr. Prefeito Municipal na qual foi tratado sobre alterações no Código Tributário Municipal, abrangendo alterações no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Taxa de Licença de Funcionamento, essa entidade, legítima representante de seus associados, propõe as seguintes medidas:
Quanto ao ISSQN:

a) Manutenção das alíquotas vigentes, utilizando-se as mesmas alíquotas para as atividades auxiliares/complementares, tendo em vista a Lei Complementar que já ampliou a lista de serviços tributados;
b) Redução à alíquota mínima de 2,00% (dois por cento) para profissionais liberais, autônomos e também às microempresas e empresas de pequeno porte, assim entendidas, as que cumprirem os requisitos legais da Lei Federal nº 9.841/99;

Quanto à Taxa de Licença de Funcionamento:

a) Adaptação dos valores, corrigindo as disparidades existentes (exemplo a empresa de transporte com 01 (um) único caminhão e a transportadora com diversos caminhões);
b) Manutenção dos demais valores constantes na legislação atual;
c) Redução à 50% (cinqüenta) por cento dos valores constantes na legislação atual, para as microempresas e empresas de pequeno porte, assim compreendidas aquelas que cumprirem as disposições da Lei Federal nº 9.841/99;
d) Limitação à uma única cobrança anual, independente de eventuais alterações de endereço e demais dados cadastrais;
e) Parcelamento automático em até 5 parcelas mensais;

Acreditamos que a adoção das sugestões acima, além de não trazer prejuízos aos cofres públicos, aumentará possibilidade de sobrevivência das micro e pequenas empresas, o que a médio e longo prazo, se tornarão contribuintes efetivos e permanentes do município.
Para as sugestões, foram considerados os valores vigentes para os municípios limítrofes, por exemplo o Município de Jaguariúna que teve sua alíquota do ISSQN fixada em 2,00%.

Sem mais para o momento, reitero manifestação de estima e consideração.

Geraldo João de Bruin
Presidente

Excelentíssimo Senhor Marcel de Souza Campos
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Fl. Nº 085/2003
Processo 331/2003

PROTOCOLO
Nº de Ordem 961
Fls. Nº 38 Livro Nº 009
Data 19/12/2003
Secretaria

ACIAH
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRICOLA DE HOLAMBRA

Parecer em Conjunto e Favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças, Contabilidade e de Obras e Serviços Públicos; Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

Em análise ao **Projeto de Lei Complementar Nº 012/2003, de autoria Excelentíssimo Senhor, Celso Capato,** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei Complementar, tem por objetivo, o seguinte: ALTERA O CAPÍTULO III- DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", QUE ALTERA VALORES DO ANEXO III- NATUREZA DA ATIVIDADE-LOCALIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO - ALIQUOTAS EM REAIS DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº12/2003.

2) DO RELATÓRIO:

Os Nobres Vereadores JOSÉ MARCOS DE SOUZA, SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA e Dr.HUMBERTO MARINO DE LÚCIA, Relatores do parecer, das respectivas Comissões apresentam as seguintes conclusões:

a) da legalidade:

As proposições são legais, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F., estando o projeto em termos de legalidade.
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável às proposições, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade:

As comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Obras e Serviços Públicos..., pelos seus membros, entendem que o presente projeto é convenientes e oportunas, conforme consta dos seus próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no respectivo projeto.

(Continuação ao PLC 012/2003)

Fl. Nº 086/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Pelos motivos acima, os pareceres da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, emitem por maioria de seus membros, parecer favorável às proposições em seus aspectos de conveniência e oportunidade, tendo como voto vencido portanto contrário quanto ao mérito do respectivo projeto o Nobre Vereador Pe.Nicolau João Bakker.

3) DECISÃO DAS COMISSÕES:

Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório dos Vereadores Relatores do Parecer, decidem as Comissões competentes, por EXARAREM PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2003, sendo voto vencido e conseqüentemente contrário ao presente Projeto de Lei Complementar o nobre Vereador Pe.Nicolau João Bakker.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de dezembro de 2003.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Sem Assinatura
VEREADORA JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
PRESIDENTA

VEREADOR GERSON PEDRO DE PINA
VICE-PRESIDENTE

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
MEMBRO/RELATOR

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

Sem Assinatura
VEREADOR Pe.NICOLAU JOÃO BAKKER(voto vencido)
PRESIDENTE

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 087/2003

Processo 131/2003

(Continuação ao PLC 012/2003)

Sem Assinatura
VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
VICE-PRESIDENTE

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA
MEMBRO/RELATORA

Obras e Serviços Públicos; Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo:

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
PRESIDENTE

Sem Assinatura
VEREADOR PEDRO WANDERLEI GALLI
VICE-PRESIDENTE

VEREADOR Dr.HUMBERTO MARINO DE LÚCIA
MEMBRO/RELATOR

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

LIDO EM SESSÃO
DE
31 / 12 / 03
PRESIDENTE

Fl. Nº 088/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Parecer em Conjunto e Favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças, Contabilidade e de Obras e Serviços Públicos; Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo.

Em análise ao **Projeto de Lei Complementar Nº 012/2003, de autoria Excelentíssimo Senhor, Celso Capato,** nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, assim se manifesta:

1) DO OBJETO:

O presente Projeto de Lei Complementar, tem por objetivo, o seguinte: ALTERA O CAPÍTULO III- DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", QUE ALTERA VALORES DO ANEXO III- NATUREZA DA ATIVIDADE-LOCALIZAÇÃO/FISCALIZAÇÃO - ALIQUOTAS EM REAIS DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº12/2003.

2) DO RELATÓRIO:

Os Nobres Vereadores JOSÉ MARCOS DE SOUZA, SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA e Dr.HUMBERTO MARINO DE LÚCIA, Relatores do parecer, das respectivas Comissões apresentam as seguintes conclusões:

a) da legalidade:

As proposições são legais, pois, segue a competência de iniciativa privada em conformidade com a LOM, artigo 40, combinado com o artigo 61 da Constituição Federal, sendo ainda, possibilitado ao Município, legislar sobre assuntos de seu interesse consoante prevê o inciso I, do artigo 30 da C.F., estando o projeto em termos de legalidade.
Pelos motivos acima, e por não haver nenhuma objeção, o parecer deste relator é favorável às proposições, em termos de legalidade, visto que o mesmo obedece todos os requisitos indispensáveis para a sua aprovação.

b) da conveniência e oportunidade:

As comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Obras e Serviços Públicos..., pelos seus membros, entendem que o presente projeto é convenientes e oportunas, conforme consta dos seus próprios termos e fundamentos da justificativa apresentada no respectivo projeto.

(Continuação ao PLC 012/2003)

Fl. Nº 089/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

(Continuação ao PLC 012/2003)

Sem Assinatura

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
VICE-PRESIDENTE

VEREADORA SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA
MEMBRO/RELATORA

Obras e Serviços Públicos; Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo; Planejamento, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo:

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
PRESIDENTE

Sem Assinatura

VEREADOR PEDRO WANDERLEI GALLI
VICE-PRESIDENTE

VEREADOR Dr.HUMBERTO MARINO DE LÚCIA
MEMBRO/RELATOR

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

LIDO EM SESSÃO
DE
31 / 12 / 03
PRESIDENTE

Fl. Nº 09 1/2003

Processo 331/2003

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (019) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E-mail - holambra@holnet.com.br

OFÍCIO Nº 344/03 - GPM

Holambra, 30 de Dezembro de 2003.

Senhor Presidente,

Venho, através do presente, nos termos do artigo 35, inciso II, da Lei Orgânica nº 001/2000, convocar a Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra para Sessão Legislativa Extraordinária para votação urgente - urgentíssima do Projeto de Lei nº 012 de 10 de novembro de 2.003, que altera o capítulo III do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) e o anexo I, da Lei Complementar nº 121, de 27 de dezembro de 2001, a ser realizada na data de 31 de dezembro de 2.003, entre as 12:00 horas e 20:00horas.

A votação do sobredito Projeto de Lei é uma das medidas imprescindíveis, de interesse **público relevante, para a implementação do próximo exercício para fins de ajustar as alíquotas de ISSQN do Município à Lei Federal nº 116 de 31 de julho de 2.003.**

Mister e urgente se faz a votação do referido Projeto de Lei para adequação do Código Tributário do Município da Estância Turística de Holambra para o exercício de 2.004, uma vez que se não houver regulamentação das alíquotas do ISSQN até o final do presente exercício, em 31 de dezembro de 2.003, adequando-as às da Lei Federal nº 116/03, os índices por esta regulamentados não poderão ser lançados sob pena de infração aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por exemplo, o Código Tributário Municipal estabelece alíquota de 10% de ISSQN para os serviços prestados por Instituições Bancárias. A Lei Federal alterou referida alíquota para 5%. Diante do conflito entre as alíquotas estabelecidas na Lei Municipal e na Lei Federal, não será possível a cobrança de ISSQN dos Bancos no exercício de 2.004, sem a devida regulamentação.

Desta feita, a alíquota ISSQN alterada pela Lei Federal necessita de imediata regulamentação do anexo I da Lei Complementar nº 121/01, sob pena de indiscutível prejuízo ao Município, que não poderá tributar com a tabela anterior, o que ocasiona evasão e perda de receitas municipais, ferindo a Lei Complementar nº 101/00.

Em vista disto, justificado o relevante interesse público e o caráter urgentíssimo da convocação nos termos do artigo 35 e seguintes da Lei Orgânica nº 001/2000.

Limitados ao exposto, renovamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

Fl. Nº 092/2003
Processo 131/2003

PROTOCOLO
Nº de Ordem 984/2003
Fls. Nº 39 Livro Nº 009
Data 30 / 12 / 03
Secretaria

Excelentíssimo Senhor,
MARCEL DONIZETE DE SOUZA CAMPOS

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 31/12/2003

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003.

ASSUNTO: ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOME	SIM	NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT				
GERSON PEDRO DE PINA	X			
HUMBERTO MARINO DE LÚCIA	X			
JACINTA ELIZABETH V. D. BROEK HEIJDEN				
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	X			
MARCEL D. SOUZA CAMPOS				
NICOLAU JOÃO BAKKER				
PEDRO WANDERLEI GALLI				
SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA	X			

VOTOS FAVORÁVEIS: 04

VOTOS CONTRÁRIOS: -

ABSTENÇÕES: -

AUSÊNCIAS: 04

RESULTADOS: Rejeitado por falta de Quorum, não atingiu maioria Absoluta

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 093/2003

Processo 830/2003

Pelos motivos acima, os pareceres da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, emitem por maioria de seus membros, parecer favorável às proposições em seus aspectos de conveniência e oportunidade, tendo como voto vencido portanto contrário quanto ao mérito do respectivo projeto o Nobre Vereador Pe.Nicolau João Bakker.

3) DECISÃO DAS COMISSÕES:

Em análise ao projeto apresentado, e em consonância com o relatório dos Vereadores Relatores do Parecer, decidem as Comissões competentes, por EXARAREM PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2003, sendo voto vencido e conseqüentemente contrário ao presente Projeto de Lei Complementar o nobre Vereador Pe.Nicolau João Bakker.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, em 10 de dezembro de 2003.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Sem Assinatura

VEREADORA JACINTA ELIZABETH VAN DEN BROEK HEIJDEN
PRESIDENTA

VEREADOR GERSON PEDRO DE PINA
VICE-PRESIDENTE

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
MEMBRO/RELATOR

Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade:

Sem Assinatura

VEREADOR Pe.NICOLAU JOÃO BAKKER(voto vencido)
PRESIDENTE

Fl. Nº 090/2003

Processo 831/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DATA: 31/12/2003

PROPOSITURA: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003.

ASSUNTO: ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NOME	SIM	NÃO	ASSINATURA	AUSÊNCIA JUSTIFICATIVA
ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT				
GERSON PEDRO DE PINA	X			
HUMBERTO MARINO DE LÚCIA	X			
JACINTA ELIZABETH V. D. BROEK HEIJDEN				
JOSÉ MARCOS DE SOUZA	X			
MARCEL D. SOUZA CAMPOS				
NICOLAU JOÃO BAKKER				
PEDRO WANDERLEI GALLI				
SOLANGE MARIA DE CARVALHO MOTA	X			

VOTOS FAVORÁVEIS: 04

VOTOS CONTRÁRIOS: –

ABSTENÇÕES: –

AUSÊNCIAS: 04

RESULTADOS: Rejeitado por falta de Quorum e não atingiu maioria Absoluta

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA
2º Secretário

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 094/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PAUTA DOS TRABALHOS DA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE VINTE E TRÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TRÊS.

- CHAMADA DOS SENHORES VEREADORES;

- HAVENDO QUORUM REGIMENTAL, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS, DECLARO ABERTA A PRESENTE SESSÃO;

- LEITURA DO TRECHO DA BÍBLIA, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 005 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1993.

ISAÍAS, CAPÍTULO 33 - VERSÍCULOS 1 A 6.

"AI DE VOCÊ, INIMIGO DESTRUIDOR QUE NUNCA FOI DESTRUÍDO! AI DE VOCÊ, TRAIDOR QUE NUNCA FOI TRAÍDO! QUANDO VOCÊ ACABAR DE DESTRUIR, SERÁ DESTRUÍDO; QUANDO ACABAR DE TRAIR, SERÁ TRAÍDO. Ó DEUS ETERNO, TEM COMPAIXÃO DE NÓS, POIS ESPERAMOS QUE NOS AJUDES. SÊ O NOSSO PROTETOR TODOS OS DIAS, SÊ O NOSSO SALVADOR EM TEMPOS DE DIFICULDADES. OS POVOS FOGEM QUANDO OUVEM O ESTRONDO DA TUA VOZ. QUANDO AGES, AS NAÇÕES SE ESPALHAM, E OS INIMIGOS DELAS, COMO UMA NUVEM DE GAFANHOTOS, LEVAM EMBORA TUDO O QUE ELAS TÊM. O DEUS ETERNO É MAJESTOSO, POIS MORA NAS ALTURAS; ELE ENCHERÁ SIÃO DE JUSTIÇA E DE HONESTIDADE E FARÁ QUE SEU POVO VIVA EM SEGURANÇA, DANDO-LHE SALVAÇÃO COMPLETA, SABEDORIA E CONHECIMENTO. O TEMOR DO DEUS ETERNO É O TESOURO MAIS PRECIOSO QUE O SEU POVO TEM."

ORDEM DO DIA

EM PRIMEIRA, SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

1- EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/2003, MODIFICA OS VALORES DO ANEXO III DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 012/2003. **(Quorum para Deliberação: Maioria Absoluta - § 1º, "a" do Art. 53 do R.I.).**

- EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/2003.
- EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO A EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/2003.

2- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003, ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **(Quorum para Deliberação: Maioria Absoluta - § 1º, "a" do Art. 53 do R.I.).**

- EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003
- EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003.

- A SEGUIR NÃO HAVENDO MAIS MATÉRIA A TRATAR O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A PRESENTE SESSÃO.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2003.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA SP

Fl. Nº 095/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PAUTA DOS TRABALHOS DA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TRÊS.

- CHAMADA DOS SENHORES VEREADORES;

- HAVENDO QUORUM REGIMENTAL, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS, DECLARO ABERTA A PRESENTE SESSÃO;

- LEITURA DO TRECHO DA BÍBLIA, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 005 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1993.

ISAÍAS, CAPÍTULO 45 - VERSÍCULOS 7 A 12.

"EU SOU O CRIADOR DA LUZ E DA ESCURIDÃO E MANDO BÊNÇÃOS E MALDIÇÕES; EU, O ETERNO, FAÇO TUDO ISSO. "ASSIM COMO A CHUVA VEM DE CIMA, EU ENVIAREI DO CÉU A MINHA VITÓRIA. A TERRA SE ABRIRÁ PARA RECEBÊ-LA E FARÁ BROTAR A SALVAÇÃO E A LIBERDADE. EU, O DEUS ETERNO, FAREI ISSO". UM VASO DE BARRO NÃO BRIGA COM QUEM O FEZ. O BARRO NÃO PERGUNTA AO OLEIRO: "O QUE VOCÊ ESTÁ FAZENDO?", NEM DIZ: "VOCÊS NÃO SABE TRABALHAR." E UM FILHO NÃO SE ATREVE A DIZER AOS SEUS PAIS: "PORQUE VOCÊS FIZERAM QUE EU VIESSE AO MUNDO?" O ETERNO, O SANTO DEUS DE ISRAEL, O SEU CRIADOR, DIZ: "POR ACASO VOCÊS VÃO EXIGIR QUE EU EXPLIQUE COMO CUIDO DE MEUS FILHOS? VOCÊS QUEREM ME ENSINAR A FAZER AS COISAS? FUI EU QUE FIZ A TERRA E CRIEI OS SERES HUMANOS PARA MORAREM NELA. COM AS MINHAS PRÓPRIAS MÃOS ESTENDI O CÉU E ORDENEI QUE O SOL, A LUA E AS ESTRELAS APARECESSEM.""

ORDEM DO DIA

EM PRIMEIRA, SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

1- PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO; DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE; DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS, SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO; PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003, ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **(Quorum para Deliberação: Maioria Absoluta - § 1º, "a" do Art. 53 do R.I.).**

- EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003
- EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003.

- A SEGUIR NÃO HAVENDO MAIS MATÉRIA A TRATAR O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A PRESENTE SESSÃO.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, 24 DE DEZEMBRO DE 2003.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 096/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

PAUTA DOS TRABALHOS DA OITAVA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, DE TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E TRÊS.

- CHAMADA DOS SENHORES VEREADORES;

- HAVENDO QUORUM REGIMENTAL, SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, INICIAMOS NOSSOS TRABALHOS, DECLARO ABERTA A PRESENTE SESSÃO;

- LEITURA DO TRECHO DA BÍBLIA, CONFORME RESOLUÇÃO Nº 005 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1993.

ISAÍAS, CAPÍTULO 51 - VERSÍCULOS 7 A 8.

"O DEUS ETERNO DIZ: "ESCUTEM, VOCÊS QUE SABEM O QUE É DIREITO, QUE TÊM A MINHA LEI NOS SEUS CORAÇÕES. NÃO FIQUEM COM MEDO QUANDO FOREM OFENDIDOS, NÃO SE ABORREÇAM QUANDO OS OUTROS ZOMBAREM DE VOCÊS. POIS ELES DESAPARECERÃO COMO UMA ROUPA DE LÃ DESTRUÍDA PELAS TRAÇAS. MAS MINHA VITÓRIA SERÁ TOTAL, O MEU PODER DURARÁ PARA SEMPRE"."

ORDEM DO DIA

EM PRIMEIRA, SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

1- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003, ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. **(Quorum para Deliberação: Maioria Absoluta - § 1º, "a" do Art. 53 do R.I.).**

- EM PRIMEIRA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003
- EM SEGUNDA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2003.

- A SEGUIR NÃO HAVENDO MAIS MATÉRIA A TRATAR O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A PRESENTE SESSÃO.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2003.

VEREADOR MARCEL D. SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Fl. Nº 097/2003

Processo 131/2003

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Ofício nº 001/04 *Estância Turística de Holambra, 05 de janeiro de 2004.*

Senhor Prefeito,

Tem este a finalidade de comunicar a Vossa Excelência, resultado da Votação do Projeto de Lei Complementar nº 012/2003, "ALTERA O CAPÍTULO III – DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA E ANEXO I, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 121 DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", o qual foi rejeitado por não ter alcançado o "quorum" de maioria absoluta exigido pelo artigo 53, alínea "b", § 2º do Regimento Interno da Câmara Municipal, em Sessão Extraordinária realizada aos 31 de dezembro de 2003. Onde fizeram-se ausentes os Vereadores Andreas Adrianus Antonius Graat, Jacinta Elizabeth van den Broek Heijden, Pe. Nicolau João Bakker e Pedro Wanderlei,

Aproveitamos o ensejo para externarmos a Vossa Senhoria, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MARCEL D.SOUZA CAMPOS
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Excelentíssimo Senhor
CELSO CAPATO
DD.Prefeito Municipal da
Estância Turística de Holambra.

Fl. Nº 098/2003

Processo 131/2003

Vereadores da situação tentaram aprovar o ISS que acabou sendo rejeitado já que não teve o apoio da oposição

Sem negociação, reajuste do ISS é rejeitado

Helga Vilela

O projeto de lei complementar do Executivo que altera a cobrança do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) foi rejeitado pelo Legislativo após três tentativas de aprovação no final do ano passado. Entre os dias 23 e 31 de dezembro, três sessões extraordinárias foram realizadas para a votação da matéria e quando o reajuste foi votado, no dia 31, recebeu apenas quatro votos favoráveis, sendo que precisaria de cinco para entrar em vigor.

Conforme os vereadores Nicolau João Bakker e Jacinta van den Broek Heijden, ambos petistas, o projeto precisava da oposição para ser aprovado, mas este apoio só seria dado se a CIP (Contribuição de Iluminação Pública) fosse revogada. "Nós tínhamos vontade de aprovar o ISS, mas queríamos a revogação da CIP. Só que a situação não soube negociar e assim o projeto não foi aprovado por falta de habilidade política", apontou Bakker, que chegou a apresentar um projeto de lei complementar para revogar a CIP, considerado inconstitucional pela Assessoria Jurídica da Câmara.

A vereadora Jacinta ressaltou que a proposta para a alteração do ISS enviada pelo Executivo chegou com "defeito" nos valores das alíquotas. "Nós fizemos as alterações e deixamos o projeto perfeito para votação, mas como não tivemos retorno para a nossa proposta, achamos por bem não aprovar o ISS", reforçou.

Em votação

Para ser aprovado, o ISS precisava de maioria absoluta – cinco votos -, sendo que o presidente da Câmara, Marcel Donizete de Souza Campos (PTB), favorável ao projeto, só votaria em caso de empate. No dia 23, a vereadora Jacinta apresentou um requerimento pedindo a suspensão da votação, pois o projeto ainda apresentava erros. Na sessão seguinte, dia 29, o projeto não pôde ser votado por falta de quorum – estavam ausentes Jacinta, Bakker, André Graat (PPS) e Pedro Galli (PSDB), todos da oposição, e Humberto Marino de Lúcia (PPB), da situação. Já no dia 31, com a ausência apenas dos vereadores da oposição, o projeto foi votado e mesmo com os votos favoráveis de Marino de Lúcia, Gerson Pina (PPB), Solange Mota e José Marcos de Souza, ambos do PFL, a proposta foi rejeitada já que recebeu apenas quatro votos.

O presidente da Câmara enfatizou que não havia motivo para negociar, já que o projeto do ISS que foi para votação já tinha recebido as alterações propostas pela oposição. "O projeto estava do jeito que a oposição queria, mas os vereadores ainda queriam barganhar a revogação da CIP, que é exclusividade do Executivo, conforme parecer da Assessoria Jurídica. O ISS faria justiça com os contribuintes, reajustando os valores de seus impostos, e também permitiria uma arrecadação maior para o município, já que incluiria outras categorias", apontou.

Defendendo a revogação

A Assessoria Jurídica da Câmara apontou que o projeto apresentado por Bakker, para revogar a CIP, estava "recheado de vício de inconstitucionalidade e ilegalidade", ferindo a Lei Orgânica do Município e também ofendendo os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a arrecadação já faz parte do orçamento. Mas Bakker, ao receber o parecer, afirmou que consultou o Cepam (Centro de Estudos e Pesquisas de Apoio aos Municípios) e a Procuradoria de Assistência Jurídica, ambos órgãos estaduais, que consideraram o projeto legal. "O Cepam e a Procuradoria orientam os municípios e acharam a proposta legal. E se não fomos votar o projeto do ISS é porque eles (vereadores da situação) não ofereceram possibilidade de negociação", completou. "A nossa proposta não era para reduzir a receita, mas para equilibrá-la, e beneficiaria a população", reforçou Jacinta.

Para o presidente da Câmara, não era possível considerar a avaliação dos órgãos estaduais sem um parecer por escrito. "Eles não enviaram nenhum documento e tentei entrar em contato com o Cepam, mas por ser final de ano, não consegui", afirmou.

Fl. Nº 099/2003
Processo 131/2003